

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA DA COVID-19 2.0

Divulgação: 3 de novembro de 2020

Visite o site: transparenciacovid19.ok.org.br



BOLETIM ESPECIAL | AMAZÔNIA #02

Publicação de dados detalhados sobre a Covid-19 é gargalo na Amazônia Legal

Nível de abertura dos microdados é menor que média nacional tanto em estados quanto em capitais; veja análise sobre a evolução do desempenho da região no ITC-19 desde o início da pandemia

APOIO:

Hivos
people unlimited

RESUMO EXECUTIVO

→ Na primeira fase do ITC-19, a região da Amazônia Legal manteve seu **índice médio de transparência abaixo do nacional**; hoje médias estão próximas.

→ **67%** das capitais localizadas na Amazônia Legal **não publicam microdados ou publicam variáveis insuficientes**, índice maior ao total considerando todas as capitais brasileiras (58%).

→ Mais da metade dos estados (56%) da Amazônia Legal **atualmente não publica microdados**, enquanto média nacional é de 37%; falta de atualização baixou pontuação na região.

→ Ninguém sabe, ninguém viu: saiba quais são os indicadores que estados e capitais da Amazônia Legal **nunca publicaram** durante o período da avaliação.

No segundo **Boletim Especial do Índice de Transparência da Covid-19 (ITC-19) sobre a Amazônia**, a Open Knowledge Brasil (OKBR) faz uma análise sobre a evolução da transparência dos nove estados e capitais da região, desde o início da pandemia no país. A série tem apoio da Hivos, por meio de sua iniciativa Todos os Olhos na Amazônia.

Logo nos primeiros meses da crise, as notícias sobre o alastramento do vírus e o grave colapso dos sistemas de saúde na região — sobretudo em [Manaus](#) — ganharam destaque na imprensa. Naquele momento, a situação de transparência na Amazônia também era crítica: cinco dos nove estados eram considerados “opacos”, e as respostas de abertura de dados dos entes eram, em média, mais lentas que as da média geral do país. Seis meses depois, essa diferença diminuiu.

Apesar do desempenho inferior à média geral, a região também possui boas práticas, que podem servir de referência não só para entes vizinhos como para as demais regiões do país. Para ampliar o compartilhamento de experiências exitosas de transparência, OKBR entrevistou gestores e gestoras do estado do [Amazonas](#), e das capitais [Manaus](#) e Macapá (a ser publicada em breve), todos avaliados pelo ITC-19 com pontuação máxima.

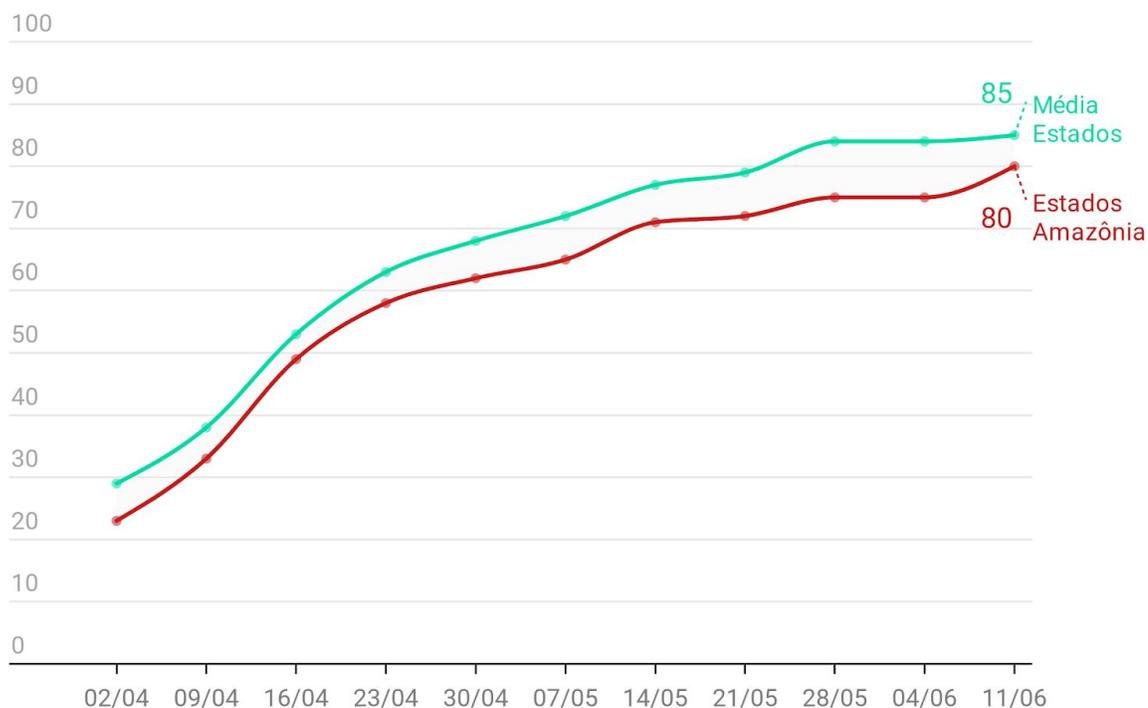
PONTO DE PARTIDA

Na avaliação de lançamento do ITC-19, em 3 de abril, nenhum estado da Amazônia Legal apresentava dados suficientes para o acompanhamento da pandemia na região: dos nove estados, cinco foram classificados no nível “Opaco” (Acre, Amazonas, Amapá, Pará e Rondônia), um no nível “Baixo” (Mato Grosso) e três no nível “Médio” (Maranhão, Roraima e Tocantins). À época, nenhum deles apresentava dados a respeito da ocupação de leitos ou doenças preexistentes, nem disponibilizava microdados. Informações sobre testes disponíveis e doenças respiratórias que poderiam indicar suspeita de Covid-19 eram raríssimas — para cada caso, apenas um estado apresentava tais dados (Tocantins e Mato Grosso, respectivamente).

A primeira versão do Índice também observava a disponibilidade de informações sobre idade ou faixa etária, sexo, status de atendimento e testes aplicados, além do nível de agregação geográfica dos casos e a existência de painel para consulta, dados em formato aberto e série histórica. Os 13 critérios eram abarcados em três dimensões (conteúdo, granularidade e formato). Veja, no gráfico abaixo, como a média geral dos nove estados da região evoluiu, em comparação à média geral do país.

EVOLUÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL NO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA DA COVID-19 1.0 - ABRIL A JUNHO

Durante todo o período de avaliação da primeira versão do ITC-19, estados da Amazônia Legal mantiveram seu índice médio pouco abaixo da média nacional

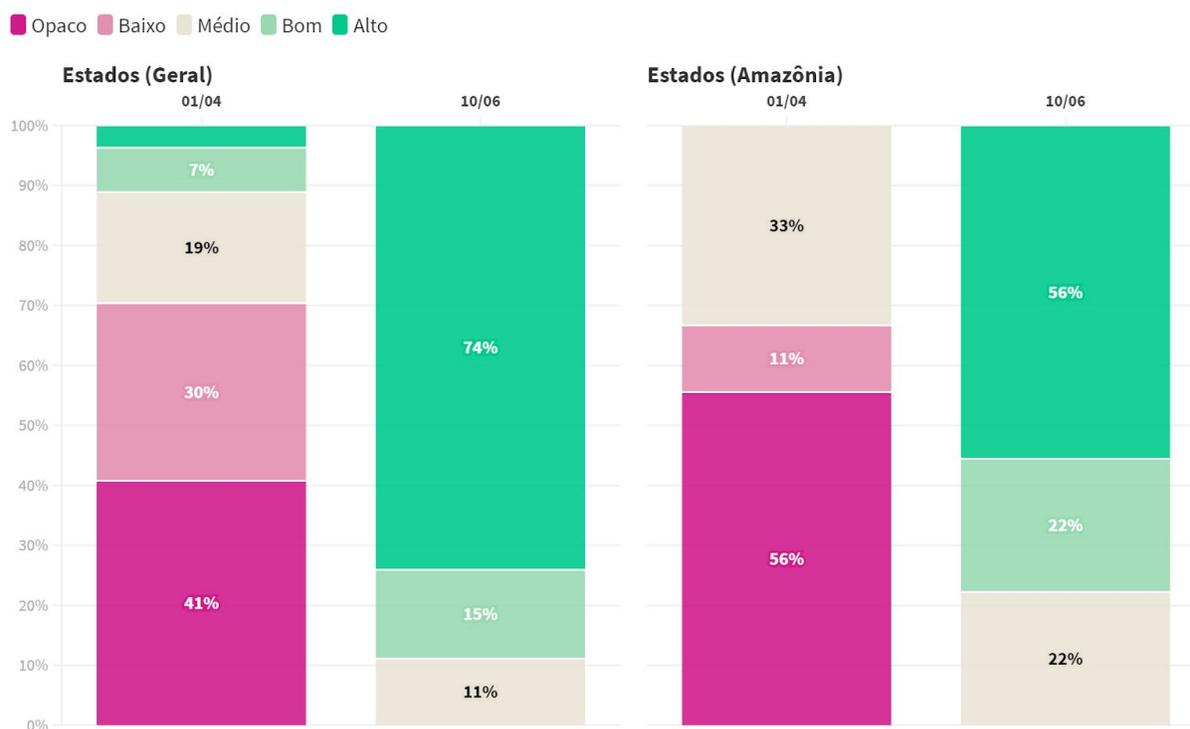


Fonte: Índice de Transparência da Covid-19 1.0 da OKBR.

A maior parte dos estados começou a reagir já nas duas avaliações subsequentes, aprimorando de alguma forma a disponibilidade dos dados — incluindo a criação de painéis de visualização e publicação de boletins epidemiológicos mais detalhados e dados em formato aberto. São exemplos os casos do Maranhão, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Acre e Rondônia — este, o primeiro estado da região a atingir o nível “Alto” de transparência e o único a conseguir pontuação máxima nesta etapa de medição. O ente, que não havia marcado um único ponto na primeira medição do Índice, atingiu 90 em sua quarta avaliação, realizada no final de abril, e 100 pontos cerca de um mês depois, na nona rodada.

EM JUNHO, 78% DA AMAZÔNIA LEGAL PASSOU A TER NÍVEL “BOM” OU “ALTO” DE TRANSPARÊNCIA

Apesar dos avanços observados nos quatro meses iniciais de medição, dois estados da região ainda apresentavam dados insuficientes na última avaliação do ITC-19 1.0



Fonte: Índice de Transparência da Covid-19 1.0 da OKBR.

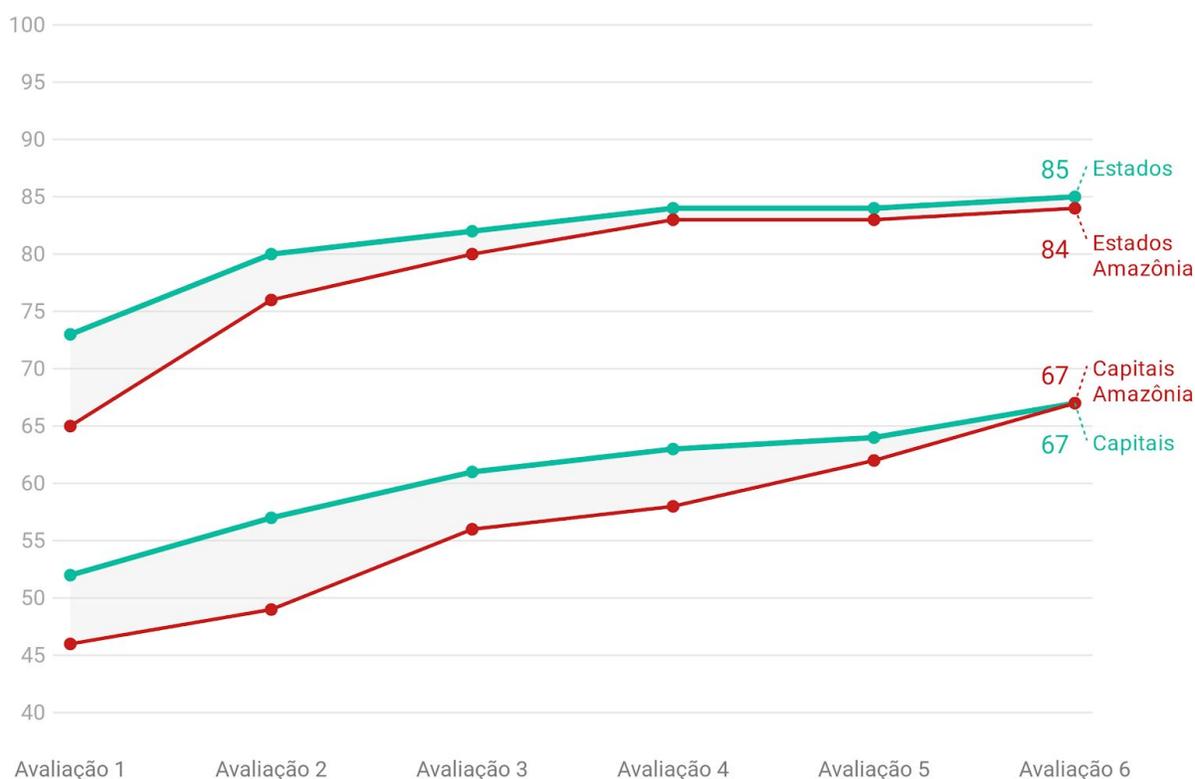
Passados quase cinco meses desde o [primeiro caso registrado no Brasil](#), em fevereiro, Roraima e Mato Grosso permaneciam classificados com nível “Médio” de transparência. Dentre outros parâmetros e indicadores, ambos não disponibilizavam dados em formato aberto, nem informações sobre a quantidade de testes disponíveis. Ao lado de Tocantins, esses estados da Amazônia Legal foram os que menos aprimoraram a transparência dos dados da Covid-19 em seus territórios nessa primeira etapa de avaliações.

A RÉGUA SUBIU

Em sua segunda versão, o ITC-19 passou a considerar mais critérios, incluindo indicadores relacionados a acesso e qualidade dos dados e maior detalhamento quanto a casos, dados demográficos e informações sobre a infraestrutura dos entes, como a identificação de raça/cor e etnias indígenas e dados sobre o contágio entre pessoas privadas de liberdade, capacidade de testagem e ocupação de leitos clínicos e de UTI. Além dos estados, a transparência das capitais também passou a ser avaliada.

CRESCIMENTO DA TRANSPARÊNCIA NA AMAZÔNIA LEGAL

Índices médios da região aproximam-se da média nacional com a redução do ritmo geral de abertura



Fonte: Índice de Transparência da Covid-19 2.0 da OKBR.

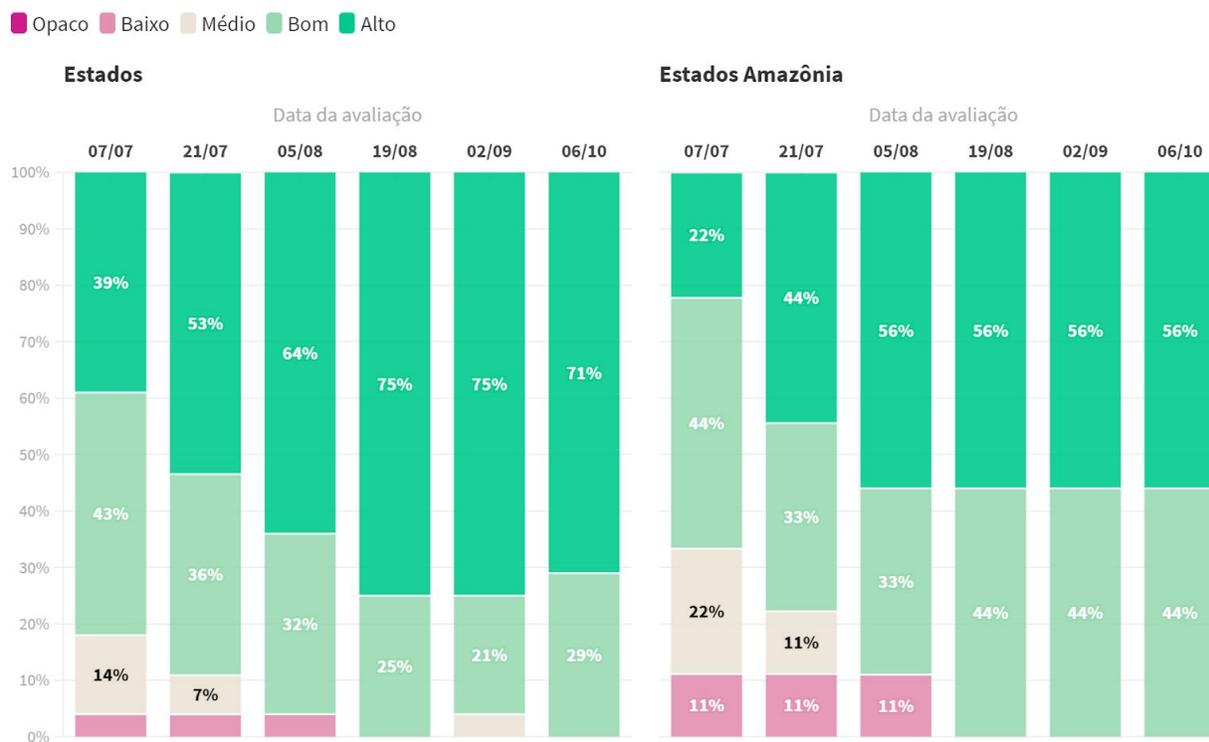
ESTADOS NA SEGUNDA FASE

O Amazonas tornou-se destaque ao encabeçar o ranking nacional já na primeira avaliação, publicada em 9 de julho, atingindo pontuação máxima um mês e meio depois, na quarta rodada. Um dos [mais afetados pela doença](#), o estado foi bastante cobrado nos primeiros meses da pandemia pela falta de transparência. Ainda em abril, uma [decisão liminar](#) da Justiça Federal havia obrigado o governo do estado a publicar na internet informações atualizadas sobre a pandemia.

Rondônia — que, depois de sair do marco zero, já havia sido destaque na versão anterior do índice — manteve nível “Alto” de transparência, mas perdeu pontos na primeira avaliação por não disponibilizar informações que passaram a ser cobradas na nova metodologia, como o contágio entre etnias indígenas e detalhamento sobre ocupação de leitos clínicos e de UTI. Esses dados passaram a ser disponibilizados a partir da segunda avaliação, levando o estado também ao topo da classificação, com pontuação máxima.

APÓS CINCO MESES DE AVALIAÇÃO, TODOS OS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL ALCANÇAM MÍNIMO “BOM” EM AGOSTO

Fornecimento de bases de dados completas ainda é desafio em todo o território do país



Fonte: Índice de Transparência da Covid-19 2.0 da OKBR.

A permanência do estado do Mato Grosso como único estado classificado com nível “Baixo” de transparência nas três primeiras avaliações teve impacto significativo na média regional. Com a publicação de seu painel para visualização dos dados da região, o estado conseguiu avançar e atingir o nível “Bom” de transparência. Com isso, a média da região superou os 80 pontos e também chegou ao nível “Alto”, com uma edição de atraso em relação a média geral. O importante avanço fica comprometido pela dificuldade do estado em manter a divulgação de seus microdados atualizados.

Apesar da aparente estagnação dos níveis das avaliações mais recentes, a manutenção da porcentagem de estados da Amazônia Legal nos níveis “Alto” e “Bom” não reflete as importantes movimentações ocorridas: Roraima, que chegou a ser o

estado com a menor pontuação da região, alcançou as primeiras posições do ranking ao divulgar microdados e aprimorar seu painel de visualização. Em contraste, o Acre, que se mantinha com nível alto desde a segunda avaliação, perdeu muitos pontos por deixar de atualizar sua base de microdados.

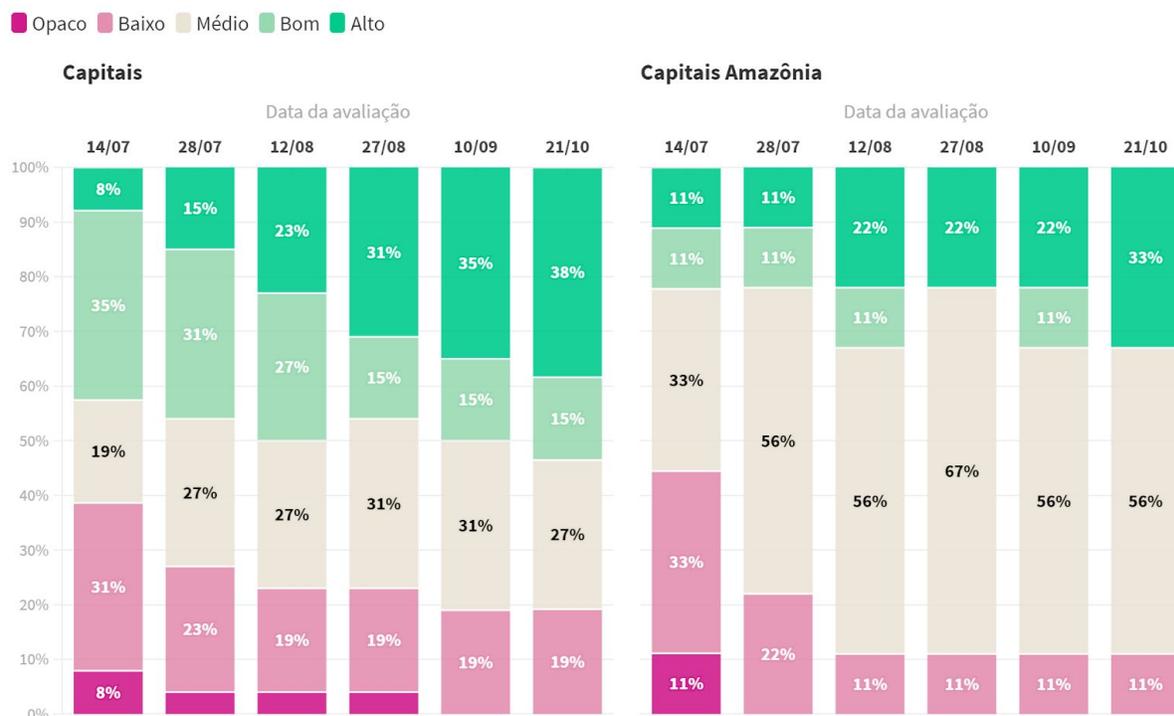
A VEZ DAS CAPITALS NO ITC-19

Em sua segunda fase, o ITC passou a observar também a transparência das capitais. Na primeira avaliação, 58% não apresentavam informações suficientes para o acompanhamento da evolução da pandemia. Considerando-se apenas a região da Amazônia Legal, a situação era ainda mais grave, com 78% das cidades nesta condição.

Com quatro meses de avaliação, a maior parte das capitais da região (67%) ainda apresenta níveis insuficientes de transparência. Contudo, Macapá (AP) foi um dos destaques positivos ao apresentar nível “Alto” de transparência já na primeira avaliação. Outra capital com bom desempenho foi Manaus (AM), que atingiu nível “Bom” de início e posteriormente tornou-se a primeira a receber pontuação máxima, na terceira avaliação. Ambas as cidades lideram o ranking de capitais desde o final de agosto.

67% DAS CAPITAIS DA AMAZÔNIA LEGAL AINDA NÃO APRESENTAM DADOS SUFICIENTES PARA ACOMPANHAMENTO DA COVID-19

Proporção de capitais da região com nível mínimo “Bom” é 20 pontos percentuais menor do que índice nacional



Fonte: Índice de Transparência da Covid-19 2.0 da OKBR.

RAIO-X DA TRANSPARÊNCIA

Apesar de todos os estados brasileiros terem alcançado o mínimo “Bom” no índice no final de agosto, após quatro rodadas de avaliação, algumas informações essenciais para o acompanhamento da evolução da pandemia seguem indisponíveis e alguns parâmetros não vêm sendo atendidos por parte dos estados, conforme detalhado no quadro abaixo. “A cada mês que passa sem dados públicos de qualidade, o país perde mais oportunidades de realizar projeções e subsidiar o planejamento e a análise das ações públicas”, alerta Danielle Bello, coordenadora de Advocacy e Pesquisa da OKBR. “Especialmente nesse contexto de reabertura e retomada de atividades, sem que a primeira onda da doença tenha sido superada no país”.

DISPONIBILIDADE DE MICRODADOS NOS ESTADOS¹

Em destaque, os estados da Amazônia Legal

São 11 as variáveis avaliadas: Notificações, Evolução, SRAG, Série Histórica, Faixa Etária, Sexo, Doenças Preexistentes, Sintomas, Raça/Cor, Municípios, Profissionais da Saúde

Atendem às 11 variáveis (1 ponto)	Amazonas , Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia e Roraima .
De 5 a 10 variáveis (0,5 ponto)	Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Pará , Paraná, Pernambuco e Santa Catarina.
Menos de 4 variáveis ou não publicam bases de microdados (não pontuam)	Acre , Amapá , Maranhão , Mato Grosso , Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Sergipe, São Paulo e Tocantins .

Mais da metade dos nove estados da Amazônia Legal publica variáveis insuficientes ou não publica microdados (aproximadamente 56%), enquanto apenas três publicam bases de dados completas, representando 33% do total. Quando levados em conta todos os estados brasileiros, esses índices são de 37% e 30%, respectivamente. Isso quer dizer que a proporção de estados que não publicam seus microdados é 50% pior na Amazônia Legal quando comparado ao total nacional, porém ligeiramente melhor no que se refere à taxa de estados que atendem a todas as 11 variáveis avaliadas.

O desempenho da região nesse quesito já foi melhor: os estados do Acre, Amapá, Maranhão e Mato Grosso chegaram a publicar microdados anteriormente, mas perderam pontos por deixar de atualizá-los no período da última avaliação. “Isso reforça a importância do monitoramento frequente da transparência, independente de avanços que tenham sido observados”, ressalta Danielle Bello. Durante todo o período de avaliação do ITC-19 2.0, o Tocantins foi o único estado que não disponibilizou microdados.

¹ Com base no último levantamento realizado, cujos resultados foram publicados no [Boletim #06 dos Estados](#), de 06 de outubro.

DISPONIBILIDADE DE MICRODADOS NAS CAPITALS²

Em destaque, as capitais da Amazônia Legal

São 11 as variáveis avaliadas: Notificações, Evolução, SRAG, Série Histórica, Faixa Etária, Sexo, Doenças Preexistentes, Sintomas, Raça/Cor, Municípios, Profissionais da Saúde

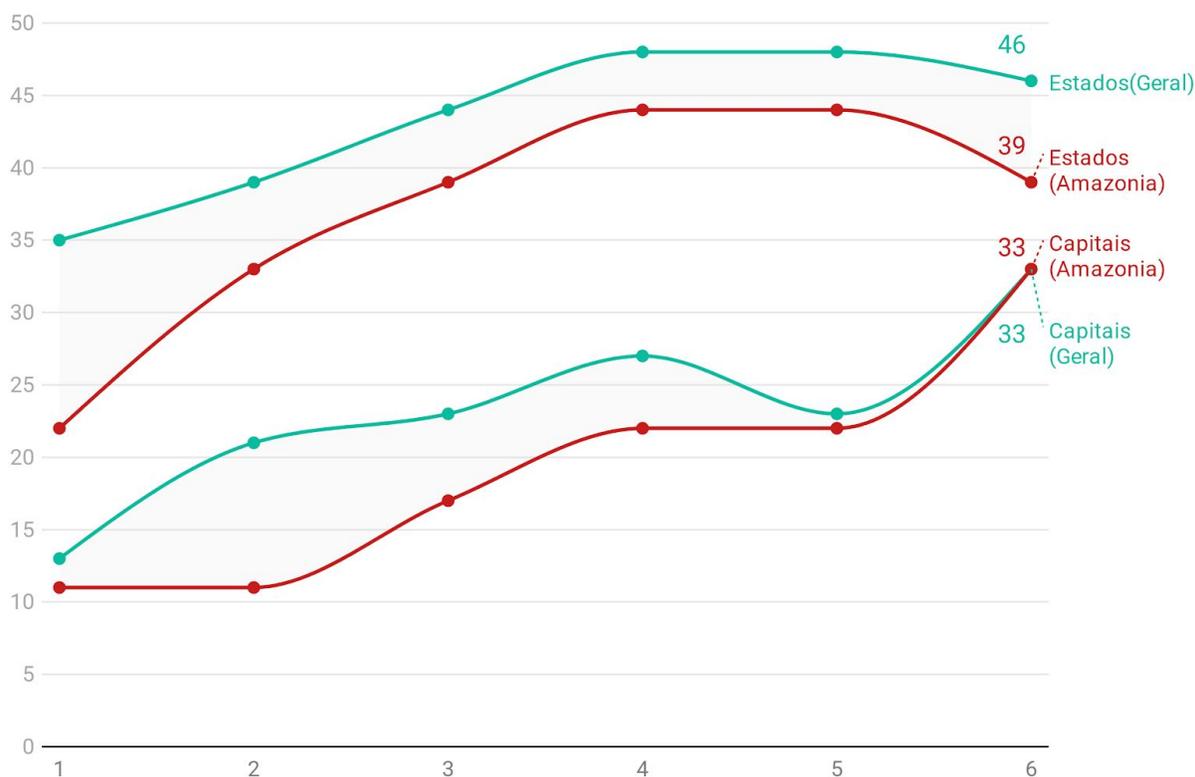
Atendem às 11 variáveis (1 ponto)	Fortaleza (CE), Macapá (AP) , Manaus (AM) , Porto Alegre (RS), Porto Velho (RO) e Vitória (ES).
De 5 a 10 variáveis (0,5 ponto)	Florianópolis (SC), João Pessoa (PB), Natal (RN), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).
Menos de 4 variáveis ou não publicam bases de microdados (não pontuam)	Aracaju (SE), Belo Horizonte (MG), Belém (PA) , Boa Vista (RR) , Campo Grande (MS), Cuiabá (MT) , Curitiba (PR), Goiânia (GO), Maceió (AL), Palmas (TO) , Recife (PE), Rio Branco (AC) , São Luís (MA) , São Paulo (SP) e Teresina (PI).

Apenas seis das 26 capitais brasileiras publicam microdados completos, o que representa aproximadamente 23% do total. Metade delas está na Amazônia Legal. Por outro lado, 67% das capitais localizadas na Amazônia Legal não publicam microdados ou publicam variáveis insuficientes, índice maior ao total considerando todas as capitais brasileiras (58%).

² Com base no último levantamento realizado, cujos resultados foram publicados no [Boletim #06 das Capitais](#), de 16 de outubro.

COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DA PUBLICAÇÃO DE MICRODADOS POR ESTADOS E CAPITAIS ENTRE O TOTAL DE ENTES E AMAZÔNIA LEGAL

Na avaliação mais recente sobre a publicação de microdados, houve queda na disponibilização por parte dos estados. Em contraste, a publicação nas capitais retomou a tendência de crescimento interrompida na avaliação anterior.



Fonte: Índice de Transparência da Covid-19 2.0 da OKBR.

Como apresentado no [Boletim #01](#) desta série especial sobre a Amazônia, a transparência do indicador etnias indígenas ainda está abaixo do ideal tanto nos estados, como nas capitais. Além dele, outros indicadores ou parâmetros de dados fundamentais vêm apresentando transparência insuficiente. Há casos de indicadores que nunca foram publicados e de parâmetros que nunca foram seguidos pelos entes, conforme destacado a seguir:

NINGUÉM SABE, NINGUÉM VIU

Alguns quesitos avaliados no ITC-19 2.0 não foram publicados por alguns entes em nenhuma das seis medições, realizadas entre julho e outubro; veja quais são:

ESTADOS - AMAZÔNIA LEGAL	
Indicador/Parâmetro	Estados que não publicaram até o momento
SRAG e principais agentes etiológicos	Pará e Tocantins
Doenças preexistentes	Tocantins
Raça/cor	Tocantins
Etnias indígenas	Maranhão, Mato Grosso, Pará e Tocantins
População privada de liberdade	Maranhão e Tocantins
Testes disponíveis	Maranhão
Capacidade de testagem	Maranhão
Leitos Clínicos e UTI operacionais - Geral	Maranhão e Mato Grosso
Leitos Clínicos e UTI ocupados - Geral	Maranhão e Mato Grosso
Quantidade de casos por unidade de saúde	Maranhão e Pará
Microdados	Tocantins
Localização	Mato Grosso e Tocantins
Metodologia	Mato Grosso

CAPITAIS - AMAZÔNIA LEGAL

Indicador/Parâmetro	Capitais que não publicaram até o momento
SRAG e principais agentes etiológicos	Boa Vista (RR), Palmas (TO), Rio Branco (AC) e São Luís (MA)
Série Histórica	São Luís (MA)
Doenças preexistentes	Boa Vista (RR), Rio Branco (AC) e São Luís (MA)
Raça/cor	Belém (PA), Boa Vista (RR), Palmas (TO), Rio Branco (AC) e São Luís (MA)
Etnias indígenas	Belém (PA), Boa Vista (RR), Cuiabá (MT), Palmas (TO), Rio Branco (AC) e São Luís (MA)
Profissionais da Saúde	Belém (PA), Boa Vista (RR), Palmas (TO) e Rio Branco (AC)
Testes aplicados	Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC)
Testes disponíveis	Boa Vista (RR), Cuiabá (MT), Palmas (TO), Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC)
Capacidade de testagem	Boa Vista (RR), Cuiabá (MT), Palmas (TO), Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC)
Leitos Clínicos e UTI operacionais - Geral	Boa Vista (RR), Cuiabá (MT), Palmas (TO), Rio Branco (AC) e São Luís (MA)
Leitos Clínicos e UTI ocupados - Geral	Belém (PA), Boa Vista (RR), Rio Branco (AC) e São Luís (MA)
Leitos Clínicos e UTI operacionais - Covid-19	Rio Branco (AC)
Leitos Clínicos e UTI ocupados - Covid-19	Rio Branco (AC)
Quantidade de casos por unidade de saúde	Palmas (TO)
Microdados	Belém (PA), Boa Vista (RR), Cuiabá (MT), Palmas (TO), Rio Branco (AC) e São Luís (MA)
Visualização	Rio Branco (AC)
Formato Aberto	Belém (PA), Boa Vista (RR), Cuiabá (MT), Palmas (TO), Rio Branco (AC) e São Luís (MA)
Metodologia	Belém (PA) e Rio Branco (AC)

SOBRE O ITC-19

O **Índice da Transparência da Covid-19 nos estados, União e capitais** é atualizado quinzenalmente e leva em conta três dimensões e 26 critérios:

Dimensão	Descrição
CONTEÚDO	São considerados itens como idade, sexo, raça/cor e hospitalização dos pacientes confirmados, além de dados sobre a infraestrutura de saúde, como ocupação de leitos, testes disponíveis e aplicados.
GRANULARIDADE	Avalia se os casos estão disponíveis de forma individual e anonimizada; além do grau de detalhamento sobre a localização (por município ou bairro, por exemplo).
FORMATO	Consideram-se pontos positivos a publicação de painéis analíticos, planilhas em formato editável e navegação simples.

Base de dados completa com a avaliação detalhada de cada estado e União.

Base de dados completa com a avaliação detalhada de cada capital.

Nota metodológica com o detalhamento dos critérios de avaliação.

O Índice de Transparência da Covid-19 da OKBR foi lançado em 3 de abril de 2020 e, até junho, foi atualizado com periodicidade semanal. Em sua segunda fase, a partir de julho, o ITC passou a monitorar o dobro de indicadores com periodicidade quinzenal, além de incluir as capitais na avaliação. Nessa nova versão, as publicações intercalam os resultados de União e estados e os das prefeituras.

A partir do final de setembro, a avaliação passa a ser mensal. Nesta fase, com foco na qualidade dos dados, também são produzidos boletins especiais e temáticos.

No dia 21 de maio de 2020, a Transparência Internacional Brasil (TI Brasil) divulgou um ranking próprio, com atualização mensal, em que avalia a situação da divulgação de recursos públicos para enfrentamento à Covid-19. [Conheça](#).

SOBRE A OKBR

A OKBR, também conhecida como Rede pelo Conhecimento Livre, é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e apartidária que atua no país desde 2013. Desenvolvemos e incentivamos o uso de tecnologias cívicas e de dados abertos, realizamos análises de políticas públicas e promovemos o conhecimento livre para tornar a relação entre governo e sociedade mais transparente e participativa.

Saiba mais no site: <http://br.okfn.org>

SOBRE A HIVOS

Hivos é uma organização não governamental, humanista e internacional. Juntamente com parceiros locais e internacionais, a organização busca contribuir para um mundo livre, justo e sustentável, no qual as pessoas possam acessar recursos e ter o poder de controlar suas vidas e seu futuro. Hivos acredita na criatividade e capacidade individual das pessoas. Qualidade, cooperação e inovação fazem parte dos conceitos da nossa filosofia.

Saiba mais no site: <https://latin-america.hivos.org>

CONTATO PARA IMPRENSA

imprensa@ok.org.br